

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Pré-sal deve gerar para o Rio R\$ 25 bi em royalties	2
Título: Luz pode ficar mais cara até o fim de novembro.....	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Energia elétrica pode continuar mais cara em novembro, diz Aneel	4
Título: Governo prevê R\$ 7,7 bi no Orçamento com Eletrobras privatizada	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Nova chance (perdida) para o gás natural	7
Título: Ex-gerente da Petrobrás é condenado a 12 anos	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Consumidores reclamam	10

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Geralda Doca / Martha Beck****Título: Pré-sal deve gerar para o Rio R\$ 25 bi em royalties**

Valor, em 10 anos, é o previsto por governo com leilões

Otimista com as duas rodadas de licitação do pré-sal que acontecem na próxima sexta-feira, o governo estima que elas vão gerar para o Rio uma receita de R\$ 25 bilhões num prazo de dez anos só em impostos e royalties. Serão R\$ 2,5 bilhões por ano — o que representa entre 4% e 5% da arrecadação do estado, disse o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco: — Esse leilão vai contribuir para que o Rio possa restabelecer um ciclo de crescimento, de geração de emprego e renda e de melhoria na arrecadação. Das 17 plataformas de exploração de petróleo que serão construídas no Brasil na próxima década, sete ficarão no Rio. Cada uma vai receber investimentos de cerca de R\$ 16 bilhões e devem gerar 68 mil empregos diretos. Pelos cálculos do governo, apenas uma plataforma gera R\$ 3 bilhões por ano de retorno ao estado em tributos e royalties.

O ministro destacou que toda a cadeia produtiva de óleo e gás no Rio será impactada positivamente. Segundo ele, o turismo de negócios, importante para a economia de municípios como Macaé, também será reativado. — A nossa expectativa em relação aos leilões é muito positiva — destacou o ministro. De acordo com dados oficiais, 16 operadores estão habilitados a entrar na disputa, sendo 14 estrangeiros e um participante novato neste tipo de certame. No sistema de partilha, serão ofertados, nas duas rodadas, oito lotes localizados nas bacias de Campos e de Santos. As áreas de Carcará, Gato do Mato, Sapinhoá e Campo de Tartaruga são conhecidas. Já Pau-Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central são áreas que ainda precisam ser estudadas para terem as reservas comprovadas. Ao todo, os vencedores vão investir R\$ 100 bilhões, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

AJUDA PARA CONTAS DO ESTADO

Moreira lembrou que o governo fez uma série de avanços na área regulatória para destravar investimentos no setor de petróleo. Entre essas ações estão a regulamentação da lei que desobrigou a Petrobras de ser operadora de pelo menos 30% dos campos de petróleo, a flexibilização da exigência de conteúdo local e a prorrogação do Repetro (regime especial de incentivo fiscal) de 2020 para 2040. Neste caso, a medida está em fase avançada de discussões no

Congresso, mas ainda precisa ser aprovada pelos plenários da Câmara e do Senado. — Fizemos muitas mudanças para chegar ao leilão. Adotamos medidas para aumentar a competitividade do setor e a transparência nas regras — disse Moreira Franco. Ele afirmou, ainda, que está trabalhando para que o Rio consiga concretizar logo o empréstimo de R\$ 2,9 bilhões que é necessário para o estado regularizar salários atrasados de servidores. Com as finanças em frangalhos, o Rio foi o primeiro ente a ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), pelo qual estados em dificuldades podem suspender o pagamento de suas dívidas com a União e obter empréstimos com aval do Tesouro em troca de um duro programa de ajuste fiscal.

O Rio pretende usar ativos da Cedae como contra garantia do financiamento. Futuramente, a ideia é privatizar a estatal como parte do programa de reequilíbrio das contas estaduais. Esta semana, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou uma resolução que deixou o Rio mais perto de obter o empréstimo. Foi regulamentada a forma como os bancos poderão realizar operações financeiras com os estados no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). No entanto, ainda é preciso publicar duas outras normas. Segundo a subsecretária de relações financeiras intergovernamentais do Tesouro Nacional, Pricilla Santana, há duas portarias, que já estão prontas e aguardam publicação, necessárias para concretizar o empréstimo. Uma delas deve definir como deverá ser a alienação dos ativos da Cedae. A outra, de caráter procedimental, precisa detalhar o caminho que o estado tem de seguir para obter o aval do Tesouro de forma a agilizar o empréstimo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Luz pode ficar mais cara até o fim de novembro

Aneel: bandeira seguirá vermelha de nível 2 se não houver mais chuvas

As contas de luz poderão seguir com bandeira tarifária vermelha de nível 2 em novembro, se não houver uma melhora nas condições climáticas antes do final do mês, disse ontem o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino. As bandeiras tarifárias geram custo extra para os consumidores quando saem do nível verde para o amarelo ou para a bandeira vermelha, que tem dois patamares. No segundo e mais caro nível, vigente desde o início deste mês, a bandeira vermelha representa adicional de R\$ 3,50 a cada 100 quilowatts-hora consumidos.

Ontem, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) reduziu a previsão de chuvas nos reservatórios de hidrelétricas do Sudeste, principal região produtora

de energia hídrica, para 64% da média histórica em outubro, ante 68% na estimativa da semana anterior. Segundo especialistas, uma limitação no montante de energia que pode ser transportado pela maior linha de transmissão de eletricidade do Brasil, que leva até o Sudeste a produção de duas enormes hidrelétricas em Rondônia — Jirau e Santo Antônio — é o que deverá pressionar as contas de luz.

ADICIONAL DESDE JULHO

Embora a restrição esteja presente desde o início da operação do linhão, ela ainda não era considerada nos modelos computacionais que calculam o preço da energia e guiam o acionamento das termelétricas. Mas a partir do próximo mês, a questão será considerada, após a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) avaliar que o problema é de “caráter estrutural”.

Os consumidores do país têm pago um adicional nas tarifas desde julho, devido a chuvas abaixo da média na região das hidrelétricas, principal fonte de geração do Brasil. Em novembro, quando geralmente começam chuvas na região das hidrelétricas, a expectativa era que a cobrança extra caísse para R\$ 3, primeiro patamar da bandeira vermelha, ou para R\$ 2, com bandeira amarela, mas a limitação de transmissão pode manter a tarifa sob pressão, disse à agência Reuters o presidente da comercializadora FDR Energia, Erik Azevedo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Energia elétrica pode continuar mais cara em novembro, diz Aneel

Linhas de energia conectando torres de eletricidade de alta tensão, em Brasília

As contas de luz poderão seguir com bandeira tarifária nível 2 em novembro, o que gera uma cobrança adicional para os consumidores, se não houver uma melhora nas condições climáticas antes do final do mês, disse a jornalista nesta sexta-feira (20) o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino.

As bandeiras tarifárias geram custo extra para os consumidores quando saem do nível verde para o amarelo ou para a bandeira vermelha, que tem dois patamares.

No segundo e mais caro nível, vigente desde o início de outubro, a bandeira vermelha representa adicional de R\$ 3,50 a cada 100 kilowatts-hora consumidos.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) reduziu nesta sexta-feira a previsão de chuvas nos reservatórios de hidrelétricas do Sudeste, principal região produtora de energia hídrica, para 64% da média histórica em outubro, ante 68% na estimativa da semana anterior

Segundo relatório semanal, o ONS manteve previsão de chuvas nos reservatórios de hidrelétricas do Nordeste, que tem enfrentado severa escassez de chuvas, para 21% da média histórica em outubro.

O órgão também reduziu levemente a previsão de aumento da carga de energia no sistema nacional em outubro para 3,7% em relação ao mesmo período do ano passado, ante estimativa de aumento de 3,8% na previsão anterior.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Governo prevê R\$ 7,7 bi no Orçamento com Eletrobras privatizada

O governo federal vai prever no orçamento da União de 2018 uma arrecadação de R\$ 7,7 bilhões com o processo de privatização da Eletrobras, disse nesta sexta-feira (20) o ministro interino de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, ao participar de debate sobre a estatal na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

O dinheiro entrará para o Tesouro com o pagamento pela Eletrobras de um bônus em troca de contratos mais vantajosos para suas hidrelétricas. A estatal deverá obter o dinheiro para o pagamento com uma oferta de ações que reduzirá a União a uma fatia minoritária na companhia.

Os recursos de privatizações devem ajudar o governo federal a tentar cumprir suas metas orçamentárias.

Pedrosa disse ainda que os planos para a privatização preveem limites à participação de investidores na Eletrobras.

"Estamos investindo [na ideia de privatização] para trazer resultado e criar uma corporação... com uma limitação, em que nenhum acionista tenha mais de 10% do bloco de controle, uma empresa com lógica privada", disse Pedrosa.

O diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Romeu Rufino, também presente no debate, disse que para o órgão regulador é indiferente se uma empresa como a Eletrobras tem controle estatal ou privado, mas ressaltou

que ineficiências da companhia nos últimos anos têm punido os consumidores com custos mais elevados.

Ele deu como exemplos o atraso na entrega de obras devido à crise financeira enfrentada pela empresa.

"O grupo Eletrobras assumiu compromissos que não conseguiu entregar, por várias dificuldades. Tanto no segmento de transmissão quanto no de geração. Convivemos com atrasos que não foram indiferentes para o setor como um todo, principalmente para o consumidor. Afetou o consumidor de forma significativa, isso não pode continuar", disse.

DISTRIBUIDORAS

Ele também defendeu a venda das distribuidoras de eletricidade da Eletrobras como uma questão essencial para a própria sobrevivência dessas empresas, que são responsáveis pelo atendimento a Estados do Norte e Nordeste e enfrentam pesados e recorrentes prejuízos.

Mas o diretor ressaltou que o modelo previsto pelo governo para viabilizar a desestatização da Eletrobras, que prevê uma mudança nos contratos de hidrelétricas antigas da companhia, poderá impactar o consumidor, uma vez que as usinas poderão vender sua produção a preços maiores.

Hoje, essas hidrelétricas entregam a energia às distribuidoras por preços muito baixos, em um chamado "regime de cotas". O processo de mudança nos contratos desses empreendimentos tem sido chamado de "descotização".

Rufino defendeu que o governo precisa ter cuidado nesse processo para evitar uma forte elevação das tarifas.

"A descotização, isoladamente, não vai na direção da modicidade tarifária. A privatização da Eletrobras, se tem um ganho de eficiência, então ela vai nesse sentido, sim. Uma coisa compensa a outra? Não sei."

Para o ex-diretor da Aneel Edvaldo Santana, agora presidente da Abrace, associação que representa grandes indústrias, a Eletrobras, nos últimos anos, passou a assumir diversos custos que depois acabaram sendo repassado aos consumidores.

"Independentemente do problema ideológico, a privatização da Eletrobras é um problema de custo. Ela se tornou uma agregadora de custos. A privatização, com a descotização, aumenta a tarifa, mas os ganhos compensam tudo isso, não

precisa fazer nenhuma conta, é só de acabar com esse ciclo vicioso de aumento de custos", afirmou ele, também presente na Fiesp.

O governo tem falado em concluir todo o processo de privatização da elétrica federal até o final do primeiro semestre de 2018.

SUBSIDIÁRIAS

O governo pretende estabelecer nas regras da privatização da Eletrobras que a companhia deverá manter suas subsidiárias regionais de geração e transmissão de energia após ser privatizada, uma exigência que na visão dos envolvidos no processo pode ajudar na aprovação dos planos junto ao Congresso Nacional e a políticos em geral.

Pedrosa disse que a ideia está em avaliação e pode ser uma das obrigações que o governo poderá impor à gestão da Eletrobras após a privatização, o que poderia ser estabelecido por meio da "golden share" (participação acionista detida pelo Estado, com poderes especiais) que a União quer manter na companhia para decidir sobre assuntos estratégicos.

"A gente tem que ser sensível. Os processos de governo não são processos puramente técnicos, você tem que ouvir a sociedade, construir consensos, buscar o caminho do possível", disse Pedrosa.

Ele citou como exemplo a Chesf, subsidiária da Eletrobras no Nordeste, que opera usinas no rio São Francisco e é vista como importante para a economia da região.

"O ministro entende e é sensível a isso", afirmou Pedrosa.

"A ideia é preservar a empresa como uma empresa parte da Eletrobras, mas tendo sua identidade, é um elemento que é importante, manter a sede, uma estrutura regional. Acho que nem faria sentido do ponto de vista privado. Mas politicamente talvez seja importante para viabilizar o processo", disse.

Ele afirmou que outra exigência deve ser que a Eletrobras seja uma corporação e mantenha-se assim após a privatização, incluindo a criação de mecanismos para proteger a companhia de uma eventual oferta hostil de aquisição.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Nova chance (perdida) para o gás natural

No governo Temer o setor de energia tem passado por mudanças tanto nas questões legais quanto nas regulatórias. Na área de exploração e produção (E&P) de petróleo, a nova Lei da Partilha, o conteúdo local, o Repetro e o calendário de rodadas de licitação já permitiram o sucesso da 14.ª rodada e, com certeza, da 2.ª e da 3.ª do pré-sal no final de outubro.

O setor elétrico igualmente conta com atenção especial, um novo marco regulatório está em fase de elaboração e o anúncio da privatização da Eletrobrás foi a melhor notícia do governo Temer. E também o gás natural tem sido foco de mudanças baseadas nas discussões do programa Gás para Crescer. Esse programa teve como principal finalidade obter informações no mercado que permitissem uma maior inserção do gás natural na matriz energética brasileira.

Mas, como diz o ditado, de boa intenção o inferno está cheio, e neste caso parece que o governo, com este programa e, agora, com a publicação para discussão do substitutivo ao Projeto de Lei 6.407, de 2013, não ficou atento e pode perder mais uma oportunidade, como já ocorreu duas vezes. A primeira foi a Lei 9.478/97, que não tratou o gás como uma fonte primária, e sim como um derivado do petróleo, como a gasolina e o diesel.

A segunda foi com a Lei do Gás (11.909/09), sancionada no segundo governo Lula, que não criou regras de mercado que atraíssem investimentos e incentivassem a competição. Ao contrário, fortaleceu o intervencionismo do governo e reforçou o monopólio da Petrobrás, causando grande frustração no mercado. Agora surge uma nova oportunidade. Fatores externos e internos vêm confluindo para impulsionar o crescimento do mercado doméstico de gás natural.

No contexto internacional, a revolução tecnológica do GNL e, posteriormente, do shale gas nos EUA aumentaram a oferta e reduziram os preços. As exigências ambientais e os acordos internacionais acabaram por transformar o gás no principal combustível de transição para uma matriz energética mais limpa. Internamente, o mercado de gás também vem passando por transformações.

A primeira é que haverá uma maior diversificação da oferta de gás produzido no Brasil. A título de exemplo, no campo de Pão de Açúcar e Carcará, na região do pré-sal, ambos operados pela Statoil, existe uma projeção de produção de gás em torno de 30 milhões de m³/dia. A segunda mudança é o plano de desinvestimento da Petrobrás. A estatal vendeu a Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS) e, agora, negocia a TAG, proprietária da Nova Transportadora do Nordeste (NTN).

Tanto as mudanças ocorridas no mercado internacional quanto as do nacional deveriam ter sido levadas em conta na construção de uma nova legislação e regulação com o intuito de criar um mercado de gás. Entretanto, a publicação do substitutivo que está baseado nas contribuições do Gás para Crescer peca ao propor uma série de artigos que, caso não sejam modificados até a sua publicação definitiva, levarão a uma série de questionamentos jurídicos.

Cito três: os que tratam de reclassificação de gasodutos; o capítulo em que a legislação federal atropela a estadual, inclusive contrariando a Constituição federal; e o artigo em que se propõe rasgar os contratos atuais dos transportadores, com aquele argumento generalista de que será respeitado o equilíbrio econômico financeiro. Por acaso alguém compra equilíbrio?

O texto do substitutivo não constrói um marco legal que crie confiança e estabilidade necessária à atração de investimentos em toda a cadeia da indústria do gás, pelo contrário, cria insegurança jurídica e regulatória, que afastará mais uma vez o apetite de investidores.

Questões como as relacionadas à fronteira entre a legislação federal e a estadual deveriam ser evitadas, bem como qualquer mudança em contratos, sob o risco de um processo de judicialização semelhante ao que ocorre no setor elétrico. Parece que pela terceira vez vamos perder a oportunidade de criar um mercado de gás no Brasil. A conferir.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor:

Título: Ex-gerente da Petrobrás é condenado a 12 anos

O ex-executivo da área Internacional da Petrobrás Luis Carlos Moreira foi preso ontem por ordem do juiz federal Sérgio Moro, da 13.^a Vara Federal de Curitiba, responsável pelas ações em primeira instância da Operação Lava Jato, que o condenou a 12 anos de reclusão por corrupção e lavagem de dinheiro. Na decisão, Moro disse ver “boa prova de materialidade e autoria” e também “riscos à ordem pública e à aplicação da lei penal” para justificar a prisão. A detenção do ex-gerente havia sido requerida pelo Ministério Público Federal no Paraná, em alegações finais.

Na decisão, Moro descreveu um cenário de “macrocorrupção”. Moreira também é investigado por suposto recebimento de propinas resultantes do processo de aquisição pela Petrobrás da Refinaria de Pasadena (EUA). “O que se

tem, portanto, são provas de macrocorrupção, praticada de forma serial pelo condenado, com graves consequências, não só enriquecimento ilícito de agentes da Petrobrás, mas também de agentes políticos, já que parte do numerário foi a eles destinado”, afirmou o magistrado. A reportagem não localizou a defesa do ex-gerente da Petrobrás Luis Carlos Moreira. / J.A., R.B. e FAUSTO MACEDO

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Consumidores reclamam

Após tantos meses de uma carestia mais amena, digerir a alta de alguns preços gera reclamações. O administrador Daniel Alvarez, 34 anos, por exemplo, critica o aumento do botijão de gás. “Tanta variação acaba deixando a gente prejudicado. O gás de cozinha está muito caro. Os derivados do petróleo ficam nesse sobe e desce, mas o valor mais aumenta do que diminui”, criticou.

A percepção de aumento do botijão de gás tem motivo. Na primeira metade de outubro, os custos com o produto subiram 5,72%, segundo dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15). Foi a maior contribuição individual entre as centenas de bens e serviços pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo apresentado um impacto de 0,07 ponto percentual no indicador.

A alta dos preços do gás puxou os gastos das famílias com os produtos do grupo habitação. Essa categoria de despesas subiu 0,66% no IPCA-15. Em setembro, a alta havia sido de 0,26%. Para acomodar o consumo do gás de cozinha dentro do orçamento, Daniel passou a cortar gastos onde pode, mesmo que a economia pareça pequena. “Além de ficar atento aos preços dos locais de venda nas redondezas, vou buscar o botijão no comércio. Assim, consigo economizar no frete”, explicou. (...)

MME / ASCOM .